



“AGIR CONTRA  
A CONSCIÊNCIA  
NÃO É SEGURO  
NEM HONESTO”:  
uma opinião sobre  
*Martinho Lutero,  
um Destino,*  
de Lucien Febvre

---

*Lauri Emilio Wirth*

---

*MARTINHO LUTERO, UM DESTINO, DE LUCIEN FEBVRE,  
TRADUÇÃO DE DOROTHÉE DE BRUCHARD, SÃO PAULO, TRÊS ESTRELAS, 2012, 360 P.*

**P**ode parecer estranho comentar uma obra cuja primeira edição foi publicada, na França, em 1928. Esgotou-se rapidamente, como nos informa o próprio autor, no prólogo da segunda edição, em 1944. Segue-se ainda uma terceira, em 1951. A surpresa, contudo, não decorre da antiguidade nem do conteúdo da obra. O que surpreende é o fato de ela só agora ser publicada no Brasil. Não me cabe especular sobre os motivos. Dou-me por satisfeito se as notas que seguem conseguirem motivar sua leitura e, quem sabe, apontar para alguns temas que podem instigar o debate.

Lucien Febvre não pretende escrever uma biografia. Diz emitir uma “opinião sobre Lutero, nada mais”. Delimita o foco nos anos iniciais e de grande efervescência da Reforma Protestante: 1517 a 1525, quando Lutero “ocupa no palco do mundo seu heroico papel de profeta inspirado” (p. 11). O período posterior, de 1525 até sua morte, em 1546, um tempo de retraimento, segundo nosso autor, não teria a mesma densidade histórica, embora seja relevante para exemplificar a permanente tensão entre, por um lado, a defesa obstinada de um ideal abstrato e transcendente e, por outro, a pouca plausibilidade de sua realização no âmbito da vida real e concreta.

Há certo consenso nos estudos da história do cristianismo em datar o início da Reforma Protestante no ano de 1517, mais precisamente, no dia 31 de outubro. Nessa data Lutero expunha suas famosas 95 teses, convocando para um “Debate para o Esclarecimento do Valor das Indulgências”<sup>1</sup>. O debate nunca aconteceu, mas o movimento desencadeado pela rápida divulgação do conteúdo das teses de Lutero entrou para a história como o início do protestantismo. Febvre não questiona esse recorte, mas o considera um ponto de partida inadequado para traçar o perfil do seu principal personagem.

Para o autor, o ponto de partida para se entender a postura de Lutero em relação às grandes questões que o interpelaram em sua

época conturbada são os aspectos psicológicos de sua personalidade, sua angustiante luta por fixar uma convicção. É esse o critério adotado para a seleção das fontes que respaldam sua narrativa e para a seleção dos temas que compõem o conteúdo da obra. Trata-se, portanto, de fixar um ponto de origem, não necessariamente uma data, mas as raízes subjetivas de uma personalidade que tornam possível compreender suas opções, quando é radicalmente interpelado pelas demandas de seu tempo:

“Situat com precisão esse ponto na vida de Lutero; acompanhar os primeiros desdobramentos dos germes do ‘luteranismo’, que um exame atento permite detectar, já antes de Lutero se tornar Lutero; ver nascer, crescer e se afirmar Lutero dentro de Lutero – e então, uma vez feita e recolhida a afirmação, deter-se; deixar o homem às voltas com os homens, a doutrina às voltas com as doutrinas, o espírito às voltas com os espíritos que precisa combater ou congregar...” (p. 17).

O primeiro aspecto que emerge da busca de Febvre para entender o destino de Lutero é sua procedência familiar. Lutero era filho de mineiros pobres e rudes, de origem camponesa. Em sua “infância sem amor, alegria ou beleza” passou por constantes deslocamentos: nasceu em Eisleben, uma pequena cidade da Turíngia, em 1483. Foi criado em Mansfeld, um povoado de mineiros e mercadores. “Sob a férula de mestres incultos, o menino aprendeu a ler e escrever, um pouco de latim e as orações. Gritos em casa e pancadas na escola: duro regime para um ser sensível e nervoso” (p. 28). Aos 14 anos é enviado à cidade grande, Magdeburg, em busca de escola junto aos Irmãos da Vida Comum. Após um ano, acometido por doenças e maltratado pelos monges, retorna à casa paterna. Vai depois para Eisenach, na casa de parentes que o negligenciam: mais sofrimentos! Finalmente, é acolhido por uma senhora caridosa, Ursula Cotta, que o tratou com carinho por quatro anos. Segundo Febvre, “os primeiros quatro anos um pouco sorridentes

**LAURI EMILIO WIRTH** é professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).

1 Versão em língua portuguesa: Martinho Lutero, *Obras Seleccionadas, volume 1: Os Primórdios – Escritos de 1517 a 1519*, São Leopoldo/Porto Alegre, Sinodal/Concórdia Editora, 1987, pp. 21-9.

daquela triste juventude” (p. 29). Foi quando estudou na Faculdade de Artes, tornando-se bacharel, em 1502, e mestre, em 1505.

A opção pela vida monástica na ordem dos agostinianos, em Erfurt, não decorre apenas da trágica experiência de quase ter morrido numa tempestade. Foi o gesto radical de fugir de um Deus terrível, mensagem central dos mestres da vida cristã de então: “[...] tudo, até as obras de arte nas capelas ou nos pórticos das igrejas, falava ao jovem Lutero de um Deus terrível, implacável, vingativo, que contabilizava rigorosamente os pecados de cada um para jogá-los na face aterrorizada de miseráveis fadados à expiação” (p. 30). De certa forma, Febvre esboça no perfil de um personagem específico o espírito de uma época que Jean Delumeau caracterizou como a “desvalorização espantosa da vida material e das preocupações cotidianas”, para dar lugar ao “horror” do pecado e à “obsessão” da danação<sup>2</sup>.

Contudo, a vida monástica apenas aprofundou essa percepção de estar irreversivelmente entregue a um juiz implacável e insensível aos esforços por merecer a misericórdia divina. É o que Febvre garimpa em reflexões retrospectivas do próprio Lutero, mas principalmente nas conversas à mesa, anotações de terceiros sobre diálogos informais, alguns deles revistos posteriormente pelo próprio Lutero e publicados com sua anuência: “Fui, durante vinte anos, um monge piedoso. Rezei a missa diariamente. De tal maneira me esgotei em orações e jejuns que não teria vivido muito mais tempo, se lá tivesse permanecido”. Ou ainda: “Não fosse eu libertado pelas consolações de Cristo, com a ajuda do Evangelho, não teria sobrevivido nem mais dois anos, de tal modo estava crucificado e fugia para longe da ira divina...” (p. 30).

Mas eis que, em certo sentido, surge uma nova Ursula Cotta na vida de Lutero: Johann von Staupitz, vigário-geral dos agostinianos na Alemanha, tornou-se conselheiro de Lutero. Percebendo o potencial do jovem monge, encaminhou-o para uma docência na Universidade de Witemberg, recém-fundada pelo príncipe da Saxônia, Frederico, o Sá-

bio, um dos eleitores do imperador do Sacro Império Romano Germânico. Aos poucos Lutero ganharia espaço e notoriedade no interior da ordem. Seu carisma como pregador e como perspicaz explicador dos textos sagrados chamava a atenção nos círculos que frequentava. É no confronto com o texto bíblico que se forma a convicção que o jovem monge tanto buscava. O cerne da questão: a justiça, não a justiça formal das leis e dos ordenamentos jurídicos, a justiça de Deus.

Ao contrário do que ensinava a teologia normativa de sua época, Lutero se convence de que a justiça de Deus se revela no texto sagrado e só é acessível pelos caminhos da fé. A justiça de Deus não dependeria de méritos, mas é absolutamente graciosa. Não se trata de convencimento racional e lógico, mas de uma revelação, a descoberta que fundamenta um perfil de vida. O Deus tirano e implacável agora se revelaria como o espírito do amor incondicional, do altruísmo absoluto, uma verdade definitiva a ser propagada sem concessões. Deus, um juiz severo, sim, mas que não imputa aos humanos os seus pecados. O ser humano, tocado por essa realidade, aceitaria sua miséria moral e saberia da sua incapacidade de superá-la por suas próprias forças. Descobrir-se-ia injusto quando referenciado em sua própria racionalidade, quando cativo de seus próprios desejos, quando dependente de seus limitados méritos. Ao mesmo tempo, pela fé, alcançaria a confiança na misericórdia de Deus, que não lhe imputaria suas limitações e o libertaria para tornar-se um Deus para os outros, como veículo e sinal da graça divina, um carregador de cruces alheias, como expressão de liberdade de quem se sabe dependente incondicionalmente da graça de Deus. Uma inversão total: a salvação perseguida como meta pela teologia normativa de então agora se revela como fundamento idealizado e absoluto de um perfil de vida a ser trilhado cotidianamente, em total liberdade, com a total certeza de que nunca seria atingido plenamente.

Eis, pois, o ponto de partida que impulsiona o profeta rebelde e sua impressionante produção teológica a partir de 1517, escolhi-

<sup>2</sup> Jean Delumeau, *O Pecado e o Medo: a Culpabilização do Ocidente (Séculos 13-18)*, v. 1, Bauru, Edusc, 2003, p. 12.

da por Febvre como chave interpretativa do personagem que constrói: “Ao deixar sair de seus lábios a palavra que vem de Deus, o segredo libertador que Deus lhe conferiu, experimentará o orgulho sobre-humano de participar da majestade divina, da onisciência, da infalibilidade do Pai Comum” (p. 78). Difícil é fixar a data dessa descoberta fundante. Febvre prefere falar de um processo:

“Foi esse movimento prodigioso, foram esses assaltos e arroubos tão bruscos desde os cumes até os baixos que deram ao ‘sistema’ de Lutero, naqueles anos de plena e jovem energia (em 1516, Lutero tinha 33 anos), uma tonicidade, uma robustez, uma saúde que ele nem sempre conservaria. Sem ela, não saberíamos de onde brotam a energia viril e a ousadia do lutador de 1517” (pp. 78-9).

A consequência é a propagação de um cristianismo idealizado, materializado num perfil de vida que tem uma liberdade específica como fundamento: liberdade para o serviço. Daí emerge um ideal de igreja que, a despeito de necessárias demandas institucionais, coisas de segunda ordem e nunca definitivas (igreja reformada sempre em reforma), é rigorosamente um objeto de fé: crentes seduzidos pelo mesmo fundamento mergulham no mundo e o transformam, melhor, levedam, como o fermento leveda a massa. Mas isso em absoluta liberdade, como o mostra Febvre exemplarmente com as seguintes citações de Lutero: “Aquele que não quer o batismo, que o deixe para lá”. E mais ainda: “Aquele que quiser passar sem a comunhão tem direito a tanto. Direito tem também aquele que não quiser se confessar”. E no mesmo sentido: “A fé é algo absolutamente livre... Não há como forçar os corações, nem mesmo com muito afinco. Conseguiremos, no máximo, obrigar os fracos a mentir, a falar diversamente daquilo que de fato pensam” (p. 186). Trata-se da consequência necessária de uma liberdade que Lutero reivindica para si mesmo, como o indica a seguinte passagem formulada no contexto de uma disputa acadêmica, em 1520:

“Quero ser livre. Não quero tornar-me escravo de autoridade alguma, seja ela de um concílio, ou de qualquer poder, ou da universidade, ou do papa. Pois ei de proclamar, confiante, o que acredito ser a verdade, seja [ela] anunciada por um católico ou um herético, seja [ela] aprovada ou rejeitada por qualquer autoridade” (p. 187).

Um fato político e religioso desencadeia o gesto decisivo, a passagem de um Lutero absorto com os dramas de sua consciência individual para a esfera pública, quando se transforma em referência fundamental na conturbada Europa das primeiras décadas do século XVI. Um jovem aristocrata de 23 anos, Albrecht de Brandenburgo, havia sido sagrado arcebispo de Magdeburgo e de Mogúncia. Para arcar com os custos devidos ao Vaticano por tais concessões, recebera do papa a autorização para vender indulgências, uma prática secular de piedade popular, de difícil reconstituição.

As indulgências originalmente se fundamentam no imaginário da existência de um tesouro celestial, composto pelo excedente da graça deixada por Jesus e pelos santos, ou seja, pelos méritos abundantes angariados diante de Deus por vidas santas e exemplares. Cabia exclusivamente à igreja a administração desse fundo, com o qual compensava o déficit dos seres humanos comuns, sempre em débito com a justiça divina. O acesso aos créditos de tal tesouro pressupunha a confissão do fiel e o cumprimento das penitências estabelecidas pelo confessor. Trata-se de um método que conferia um sentido subjetivo à rotina cotidiana, através de uma relação de reciprocidade com o transcendente, mediada pela igreja e reconhecida socialmente como forma de reintegração de faltosos ao convívio social. Com o passar dos séculos, essa prática de piedade popular se transformaria em verdadeiro mecanismo de controle das consciências, transformado pela igreja em estratégias de acumulação, na medida em que as relações humanas se transformavam em relações de mercado. É o que estava ocorrendo na Alemanha quando Lutero convo-

cou o debate para esclarecer o real valor das indulgências, motivado pela campanha arrecadatória instituída pelo jovem bispo de Magdeburgo e Mogúncia. Segundo Febvre, essa é a ocasião em que, “perante o hediondo tráfico, perante a afirmação cem mil vezes proferida por traficantes vestindo o hábito religioso, de que, com dinheiro, os piores pecados podiam ser pagos, Lutero clamou enfim, com voz vingadora, uma indignação havia muito tempo reprimida” (p. 35).

Coerente com o fundamento que orientava sua rebeldia, a crítica de Lutero não se voltava contra a venda das indulgências em si, mas atacava a falsa segurança que através delas se propagava aos fiéis. Já em 1516 essa crítica é formulada de forma cristalina:

“Os comissários e subcomissários incumbidos de pregar indulgências, nunca fazem mais que alardear seus benefícios ao povo e incitá-los a comprá-las. Jamais os ouvimos explicar a sua plateia o que é de fato a indulgência, a que se aplica e quais são os seus efeitos. Pouco se lhes dá se os cristãos iludidos acreditam que já estão salvos tão logo adquirem seu pedaço de pergaminho” (p. 110).

No âmbito das 95 teses, a crítica avança em radicalidade e perspicácia: “Muito cruel será o papa se, tendo de fato o poder de libertar as almas do Purgatório, não conceder gratuitamente às almas sofredoras aquilo que outorga por dinheiro às almas privilegiadas” (p. 111).

Está implícito, portanto, que, para Febvre, a conjuntura política, econômica e eclesiástica da Alemanha de então, como da Europa de forma geral, é insuficiente para explicar o protesto de Lutero. Contudo, ela é decisiva para a repercussão de suas ideias, na medida em que encontram “[...] uma Alemanha inquieta, surdamente palpitante de paixões mal contidas, que esperava apenas um sinal, um homem, para revelar em público seus segretos anseios”. Essa conjuntura é fundamental para se entender certa simbiose entre o monge e o “homem alemão” (p. 116), mas também para testar, segundo Febvre, o real alcance do idealismo de Lutero.

A Alemanha de Lutero era uma região fértil, no sentido lato do termo: “terras fortes, recursos materiais poderosos, cidades orgulhosas e esplêndidas; trabalho por toda parte, iniciativa, riquezas...”. Sua carência fundamental: a falta de uma “unidade moral e política” (p. 119). Mesmo assim, pode ser considerada uma nação “no sentido medieval do termo”, pois seus habitantes compartilhavam de usos e costumes idênticos e falavam dialetos próximos.

Nesse contexto, o verdadeiro poder estava na mão de príncipes e das cidades. Quando Lutero entrou em cena, estava em curso, “mais ou menos em toda a Alemanha, um vigoroso esforço de concentração política e territorial”. Concorrendo entre si, várias regiões perseguiam “estados sólidos e menos fragmentados” (p. 122). Nesse ambiente, não raro, príncipes eram sagrados bispos e podiam estender seu poder para mais de um bispado. É o que ocorreu com a sagração do jovem príncipe Albrecht de Brandenburgo, como arcebispo de Magdeburgo e de Mogúncia.

Um mundo paralelo e, não raro, em conflito com o poder dos príncipes se configura nas cidades autônomas: Augsburgo, centro de comércio exterior e do capital financeiro; Nürnberg, avançado centro tecnológico focado nas navegações mundiais; Frankfurt e suas feiras, entre várias outras. A burguesia emergente nessas cidades se beneficiava da perda de hegemonia das cidades do norte italiano no comércio mundial. Investimentos alemães se espalham por toda parte, como os Welsler, de Augsburgo, ativos na navegação portuguesa, inclusive com embarcações engajadas no comércio das Índias e com possessões na Venezuela. Os Fugger, grandes comerciantes e financistas poderosos, pretendiam estabelecer-se no Chile, etc. Ou seja, a expansão da Europa como um todo, seu deslocamento para o centro do mundo, parece ser um aspecto decisivo para influir nos rumos da Reforma Protestante então em curso, o que exigiria uma mirada para o papel da América Latina, da África e da Ásia nesse novo sistema mundial em gestação, tema nem mesmo tangenciado por Febvre.



**O historiador francês Lucien Febvre**

No plano estrito do contexto alemão que delimita o recorte do nosso autor, as cidades livres, politicamente independentes, rivalizavam entre si e com os príncipes em fase de consolidação do seu poder, mas deles dependiam para garantir as rotas comerciais. Não raro podiam tornar-se reféns “do fidalgo de província que as despoja e escarnece do alto do seu ninho de águia inexpugnável para milícias burguesas” (p. 125). As cidades configuravam, assim, “civilizações de oásis”, circundadas por “camponeses incultos e grosseiros, miseráveis às vezes, prontos para a revolta, rosnando sob o jugo, de todo modo estrangeiros à cultura urbana...” (p. 124).

Está em curso, portanto, um processo propício para inquietações sociais, na medida em que a velha mentalidade artesã da Idade

Média entra em crise e abre espaço a relações de troca típicas do capitalismo emergente, mas que ainda não são percebidas como tal:

“Quantos homens e mulheres, nas cidades, vivem da agiotagem, enriquecem pela abominável exploração dos camponeses, praticam com sornateira tenacidade as mais novas formas de roubo e, no entanto, dominados pelas antigas ideias, sem ter ideia da coesão que une todos os meios da exploração capitalista, são os primeiros a clamar contra os grandes banqueiros e os grandes comerciantes, seus legítimos líderes, seus pretextos vivos, mas que eles ainda não sabem reconhecer como tais...” (p. 132).

Segundo Febvre, nesse “amálgama confuso de cidades autônomas e dinastias mais

ou menos poderosas” era praticamente impossível pensar numa reforma da nação mediante a conquista do poder político. Mas é justamente nesse “mapa moral e político” da Alemanha de então que o protesto de Lutero assume uma função catalisadora. A noção do sacerdócio universal de todos os crentes erodiava a legitimidade de velhas hierarquias religiosamente legitimadas e colocava todos em pé de igualdade, não na vida real, mas no plano subjetivo, ontológico, enquanto dignos diante de Deus:

“[...] a afirmação de que todos os cristãos possuem, em verdade, condição eclesiástica; de que são todos consagrados padres, bispos e papa pelo batismo; de que a ordenação não é um sacramento que confere aos padres um caráter indelével, e sim mera designação de função, revogável ao sabor do poder civil: suficiente para contentar os burgueses, tão orgulhosos de sua dignidade, tão impacientes com qualquer intermediário entre eles e a divindade” (p. 180).

A defesa da liberdade de pensar e escrever encanta intelectuais e humanistas, o que, num primeiro momento, aproxima Lutero e Erasmo, cidadão da cristandade erudita, que pretendia reformar pela Filosofia de Cristo. Os camponeses rebeldes veem nele um conselheiro em suas reivindicações por mais liberdade e direitos aqui e agora.

No início de 1519, morreu o imperador Maximiliano. A disputa por seu sucessor, que já estava em curso, agora se radicaliza, mas era justamente essa indefinição política que impedia as autoridades de agir contra Lutero, conferindo às causas dos protestantes um espaço de manobra fundamental. Em 28 de junho de 1519, Carlos de Habsburgo é eleito imperador, com o título de Carlos V. Depois de várias idas e vindas, Lutero é chamado a se explicar diante do imperador, mais precisamente, é intimado a renegar seus escritos. É quando teria pronunciado a célebre frase, disponível em diferentes versões ao longo da história. Febvre considera esta a mais plausível:

“A menos que me convençam, por testemunhos das Escrituras ou por uma evidência da razão (pois não acredito apenas no papa e nos concílios: está provado que por vezes demais erraram e se contradisseram), tenho um compromisso com os textos que produzi; minha consciência é cativa das palavras de Deus. Não posso e nem quero revogar o que quer que seja, porque agir contra a própria consciência não é seguro nem honesto. Que Deus me ajude, Amém!” (p. 201).

Lutero foi banido e excomungado, contou com a proteção do príncipe Frederico, o Sábio, de quem era súdito, que o enviou à clandestinidade, por cerca de um ano. Mas a essas alturas o processo desencadeado em 1517 já havia se generalizado. Um emissário enviado à Alemanha para publicar a bula de excomunhão fazia a seguinte constatação: “Nove em dez alemães estão gritando: ‘Viva Lutero’, e o resto, embora não o seguindo, junta-se ao corpo para gritar: ‘Morte a Roma’” (p. 181). A conjuntura, contudo, não era promissora. O movimento começava a expor suas fissuras internas, como o mostram, entre outros, a ruptura entre Lutero e Erasmo e a clara opção de Lutero pelos príncipes no massacre de um levante camponês sem precedentes na história da Alemanha. E Lutero? Extrai das adversidades sua força para avançar. É o que revela a seguinte passagem, de 1518, exemplar para muitas outras de semelhante sentido: “Quanto mais fúria eles demonstram, mais eu avanço! Abandono minhas primeiras posições para que eles latam para elas; transfiro-me para as mais avançadas, para que latam também”. É o que Febvre parece identificar como o destino de Lutero: a obsessão de saber-se possuidor de uma verdade absoluta, não sua, mas revelada por uma força superior: “Longe de conduzir-me, meu Deus me arrasta, meu Deus me impele para frente. Não sou senhor de mim mesmo. Anseio pelo repouso, e eis-me empurrado para o centro da peleja...” (p. 138).

Mas qual era mesmo o projeto histórico de Lutero? Segundo Febvre, nenhum. Segundo nosso autor, apesar de seu muito citado

tratado aos príncipes, Lutero não tem um programa. Não opta por uma reforma universal nos termos de Erasmo, nem como a queriam os nacionalistas alemães. Escreve apenas. Embora repercutisse em seus escritos inúmeras demandas dos príncipes alemães, atuasse como conselheiro em meio a demandas e interesses contraditórios, fizesse sugestões à burocracia e à gestão eclesiástica local, Lutero não se comprometia com nenhuma delas, queria apenas transformar mentes e corações: “seu idealismo absoluto paira por cima dessas miudezas” (p. 183).

No fim Febvre identifica um Lutero desapontado, resignado até, entregando o destino da vida real ao poder das autoridades, nas quais pouco confiava: “Até agora, cometi a loucura de esperar dos homens algo que não reações humanas. Pensei que poderiam se conduzir segundo o Evangelho. O resultado nos mostra que, fazendo pouco do Evangelho, querem ser coagidos pela espada e pelas leis” (p. 288). O luteranismo que assim se estabelece faz da Bíblia seu “papa de papel”, e nos meandros das igrejas estatais pouco teria sobrado do idealismo abstrato pregado por Lutero. Tudo isso, contudo, não é sem consequências.

A leitura que nosso autor faz da sociedade alemã permeada pelo luteranismo, aparentemente, não decorre apenas das fontes que sustentam sua fascinante investigação, mas repercute as tensões e incertezas dos anos em que o livro foi escrito, quando a relação entre alemães e franceses não era necessariamente amistosa. Pois, segundo Febvre, por trás do idealismo e da virulência com que Lutero expressa seus argumentos se esconde a “Grosseria de homem do povo, de um filho de mineiro criado em um ambiente sem elegância, trazendo em si as taras hereditárias de uma raça bem próxima de origens bastante baixas” (p. 137).

No final das contas sobraria uma sociedade patriarcal, autoritária e estratificada, em que alguns gênios mostrar-se-iam alheios às “coações externas”, incapazes de “resistir e protestar, mas seguros da ‘verdadeira liberdade’”, da “alegria sobre-humana de escapar

às servidões”. Por outro lado estaria a “massa, sujeita às coações... possuindo, também ela, em teoria, sua liberdade interior, mas incapaz de usá-la, e levando a vida em um Estado patriarcal que atua e previne por todos, aplicando a seu rebanho humano as receitas de um despotismo mais ou menos esclarecido...” (p. 272).

Questões instigantes e atuais. Seria o caso de se perguntar se todo idealismo utópico tende necessariamente ao autoritarismo, ou seria o autoritarismo fruto de referenciais utópicos que não emanam da realidade concreta, porque formulados em ambientes abstratos e alheios ao pulsar da vida cotidiana, como era a vida monástica dos tempos de Lutero?

Por outro lado, para mostrar que o idealismo abstrato, aqui considerado o motor propulsor do destino de Lutero, pode levar a interpretações, se não opostas, ao menos divergentes das de Febvre, permito-me finalizar este comentário com uma citação de um historiador assumidamente marxista sobre o mesmo assunto. Referindo-se à justificação pela fé pregada por Lutero, Gerhard Brendler, membro de um coletivo de autores da então Alemanha socialista, escreve o seguinte:

“Formulemos este enunciado fundamental de Lutero em termos seculares e teremos o seguinte resultado: Dê-se ao ser humano uma nova consciência de si e de seu ser no mundo e ele, liberto de seus sofrimentos interiores, irá agir de tal maneira a reconciliar a humanidade consigo mesma. A alienação do ser humano de Deus, o pecado, é apenas a formulação teológica daquilo que nós com Karl Marx chamamos de alienação do ser humano de sua espécie. Obviamente esta formulação [de Lutero] está envolta em um horizonte mitológico, que não pode ser simplesmente negligenciado, mas pode ser compreendido a partir de suas origens históricas, para assim ser saboreado em seu brilhantismo poético. Teologia cristã é poesia sistematizada sobre o Ser e o caminho do ser humano; Lutero é um dos seus maiores mestres cantores”<sup>3</sup>.

3 Martin Brendler, *Martin Luther: Theologie und Revolution*, Berlin, Deutsche Verlag der Wissenschaften, 1983, pp. 71-2.